

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO 1ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL
HABEAS CORPUS N. 0805348-73.2024.8.10.0000 PROCESSO DE REFERÊNCIA:
0856161-38.2023.8.10.0001 PACIENTE: ERIVALDO CRISTO DA SILVA IMPETRANTE:
HEIRIDAN NOBILE – OAB PR10159 IMPETRADO: JUÍZO DA VARA ESPECIAL COLEGIADA
DOS CRIMES ORGANIZADOS RELATOR: JUIZ RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA – DES.
SUBSTITUTO EMENTA PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. INTEGRAÇÃO EM
ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO.
INOCORRÊNCIA. DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO CAUTELAR. NÃO CONFIGURADA.
ORDEM DENEGADA. 1. Nos termos da jurisprudência já consolidada no Superior
Tribunal de Justiça, a prisão preventiva apenas estará viciada por excesso
de prazo se houver injustificável demora no regular prosseguimento da
ação, o que deve ser aferido à luz do princípio da razoabilidade e
levando-se em consideração a quantidade de delitos, a pluralidade de réus
e a quantidade de advogados e defensores, de modo que o mero transcurso do
tempo não constitui motivação idônea, por si só, a configurar o referido
fenômeno. 2. Em síntese, os fatos apurados no processo de origem apontam
indícios por meio dos quais se pode deduzir que, pelo menos em tese, além
de saber da suposta ação criminosa, o paciente auxiliou no processo do ato
ilícito, atuando de igual modo no delito denunciado. 3. Portanto,
considerando a complexidade da causa, a pluralidade de infrações e réus,
no processo de origem e os indícios de autoria do paciente, mesmo sendo
ele primário e não havendo em seu nome registros de maus antecedentes,
concluo que o tempo decorrido entre a sua prisão e a data deste julgamento
por si só, não é suficiente para configurar a ilegalidade da prisão
preventiva. 4. Assim, não havendo constrangimento ou coação ilegal a serem
reconhecidos, estando presentes os requisitos e pressupostos que servem
para autorizar a prisão do paciente, se faz impositiva a manutenção da
medida de exceção. 5. Ordem conhecida e denegada. ACÓRDÃO DECISÃO: ACORDAM
os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de
Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e de acordo com o
parecer ministerial, em CONHECER e DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do
Desembargador Relator. Votaram neste julgamento os Senhores
Desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Antonio Fernando Bayma
Araujo e o Juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira – Relator (Desembargador
Substituto). Presidência do Excelentíssimo Desembargador José Joaquim
Figueiredo dos Anjos. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a
Procuradora Domingas de Jesus Froz Gomes Sessão Virtual da Primeira Câmara
Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com início em
18/06/2024 e término em 25/06/2024. JUIZ RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA
Des. Substituto (HCCrim 0805348-73.2024.8.10.0000, Rel. Desembargador (a)
RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 27/06/2024)